



PESCADORES DE GUAÍRA
Memória histórica sobre o derrocamento subaquático do Rio Paraná (1996)
por Hagades de Oliveira[1]

Contexto e o espaço social

A pesquisa tem o seu foco no impacto ambiental e socioeconômico provocado pelo derrocamento das rochas do Canal Mestre[2] sobre os pescadores da Colônia 213[3] que utilizavam o espaço como meio de sobrevivência, desenvolvendo atividades de pesca artesanal.

A análise central foi desenvolvida por meio de entrevistas realizadas com pescadores da região (Colônia 213) e análise de relatórios dos órgãos públicos, em especial o Departamento de Estradas e Rodagem (DER-PR) e O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsáveis pela avaliação ambiental e socioeconômica na fase conclusiva do projeto do derrocamento.

Por meio da memória histórica dos pescadores do Canal Mestre, buscou-se recuperar a historicidade dos acontecimentos daquele período. Segundo Ciro Flamarion Cardoso,[4] a narrativa é uma das expressões mais importantes do comportamento humano, possibilitando construir por meio de relatos e de elementos de vida de operários, agricultores, pescadores, etc., o que pensavam e pensam sobre os fatos vivenciados que, na grande maioria das vezes, são contrários à construção da historicidade institucionalizada. São as narrativas que fornecem a manutenção do elo de comunicação entre os seres humanos.

Ivone Cordeiro Barbosa[5] aponta que para a produção do conhecimento histórico deve-se estar atento e buscar as experiências e o vivido como objetos de análise, e não sujeitos que produzem a narrativa. São dimensões do vivido, que se cruzam no cotidiano do espaço social, produzindo novas interpretações históricas.

Os pescadores apresentam-se como elementos ligados ao ecossistema antes e após a formação do Lago de Itaipu, cujas águas cobriram o Salto das Sete Quedas.[6] Mesmo, porém, com a formação do lago, o Canal Mestre continuava em biostasia.[7] A fauna subaquática não havia sofrido desequilíbrio. A quantidade e a qualidade de peixes estavam normais. É o que se confirma com o depoimento do pescador Juares Coelho.

“eu pescava nesta região, há mais de vinte anos, desde moleque. Nessa região de corredeira, a pesca era um hábito daqui, antes de acabar as Sete Quedas. Toda a vida pegamos peixe, lá, vontade mesmo, antes pegava jáú, pintado, pacu, dourado, piracanjuba, piauí, todos os peixes tinha na região, de todas as qualidades, mas o que nós pegávamos mais mesmo, era o cascudo preto”.[8]

A narrativa do pescador corrobora a idéia de que a formação do Lago de Itaipu não interferiu no ecossistema do Canal Mestre, mais especificamente na fauna subaquática. Conforme confirma o relatório do Programa de Controle Ambiental, “a pesca experimental realizada no Rio Paraná, no trecho do município de Guairá, durante o período de março de 1988 a fevereiro de 1990, resultou na captura de 4074 indivíduos distribuídos em 78 espécies, 56 gêneros e 22 famílias de peixes”.[9] O fato é confirmado por outro pescador do Canal Mestre. Valdir Gonçalves dos Santos comenta:

“tem mais de vinte anos que pescava neste local, antes mesmo deles estourarem a pedra. Eu peguei muito jáú. Era um local que a água estourava na pedra. Era um local no qual o jáú sempre subia e parava. Eu peguei jáú de até 56 quilos naquelas águas bravas. Pegava de três a quatro jáús. Um dia cheguei a pegar até sete jáús no espinhel. Lembro que peguei um pintado que pesou 26 quilos”.[10]

O Canal Mestre do rio, também conhecido como Canal do João Campo e Canal da Correnteza, era habitat natural de várias espécies de peixes. Tratava-se de lugar de forte correnteza, com o relevo subaquático marcado por cavernas. Segundo aponta o relatório do Programa de Controle Ambiental,

“cabe ressaltar que as áreas amostradas apresentavam fundo rochoso com profundidades distintas. É esperado que na área de fundo rochoso do Rio Paraná, em frente à cidade de Guairá, o predomínio calba às espécies que tenham uma dieta itiofaga, baseada na comunidade de algas e de pequenos invertebrados que se desenvolvem associados a detritos sobre as rochas como os cascudos”.[11]

O relevo subaquático rochoso, formado ao longo dos anos pela ação da força da água, era um local propício para espécies que vivem em lugares de baixa profundidade, principalmente, os cascudos. Os irmãos Gonçalves dos Santos lembraram que

“o canal era tipo uma valeta (...) armava espinhel atravessado, espinhel curto (...) armava beirando, naqueles buracos, na beira da parede, onde tinha as locas (sic) deles. Todo dia pegava no lugar raro.[12] Eles tiveram que derrocar aquela parte dos bicos de pedras. Como a maré passava ali com a soja e ela ficava uns três metros por fundo, se ficasse aquele rochedo ali, cedo ou tarde, quando o Rio abaixasse, eles iriam bater em ponto de pedra”.[13]

De acordo com as pessoas que pescavam no Canal Mestre, até aquela época a formação do Lago de Itaipu não havia interferido no ecossistema local. A vida dos pescadores continuava na normalidade mas, no final de 1995, surgiu a informação da necessidade do derrocamento, como esclarece Valdir Gonçalves dos Santos “o papo correu bem rápido. Um ano antes de acontecer o derrocamento, já se ouvia à conversa a respeito das explosões”.[14]

Acerca do impacto das explosões sobre as rochas e a mortandade de peixes no Canal Mestre, o relatório da 6ª. Supervisão da Obra do derrocamento no Rio Paraná, sob coordenação do Departamento de Estradas e Rodagem (1996), estabelece que

“em todas as situações não houve a morte de nenhum exemplar sequer. Esta experiência foi acompanhada por três peritos (um do DER, um judicial e outro representando os pescadores), por funcionários da Secretaria do Meio Ambiente e da Itaipu Binacional. Os exemplares foram transportados para uma unidade da Secretaria do Meio Ambiente em Toledo, onde ficaram em observação e nada de anormal foi constatado. Também, os técnicos do DER que atuam na fiscalização da obra, percorriam a área a jusante das detonações, logo após estas, na tentativa de colher exemplares mortos e a quantidade obtida foi insignificante”.[15]

Essa conclusão dos técnicos do DER sobre a fauna subaquática na área derrocada, fundamentada em experiência “científica” e que consistiu em informação legal para conclusão do RIMA e consequentemente utilizada para liberação do derrocamento, é refutada pelo comentário de José Gonçalves dos Santos:

“quando houve a explosão, milhares e milhares de peixes cascudos morreram, quando eu saía 8 horas da manhã daqui, que eu ia revisar minhas trilhas (rede, cavaliha e espinhéis), ali pra baixo das Torres (torres de alta tensão), já tinha cascudo rodando morto por cima d’água, muitas vezes peguei Dourado”.[16]

A questão da mortandade de peixes, devido às explosões que ocorreram por três meses consecutivos (agosto, setembro e outubro de 1996) para o desmonte subaquático das rochas no Canal Mestre, constitui-se em um fator de discordância entre os dados apresentados nos relatórios dos órgãos públicos (DER/PR e IBAMA) e aqueles presentes na narrativa dos pescadores. Nesse sentido, pode-se refletir quanto sobre a veracidade do impacto ambiental ocorrido nesse empreendimento que não está em concordância com o que rege a legislação ambiental vigente.

O derrocamento e as medidas mitigadoras

Como medida mitigadora (indenização) foram oferecidos R\$ 700.000,00 aos pescadores. A divisão do dinheiro seria feita entre 186 pescadores. No período, cada pescador um recebeu R\$ 3.170,00. De acordo com o pescador José Gonçalves dos Santos, o tratado foi o seguinte, “durante o ano em que nós iríamos ficar parados, iríamos receber a primeira parcela que o DER pagaria como indenização. O DER, segundo disseram, não tinha dinheiro para pagar tudo de uma vez”.[17]

Os pescadores do Canal Mestre sempre enfatizaram a quantidade de profissionais que utilizava o local antes de ser derrocado. “Aquí, naquela época, havia uns quarenta pescadores que usavam o Canal Mestre”.[18] O relatório do Programa de Controle Ambiental (1995) apresenta um número bem menor de pescadores – filiados a Colônia 213 no ano de 1993, em Guairá-PR. Conforme este, “o número de pescadores variou entre 80 e 100. Dos pescadores que atuaram na pesca em Guairá no ano de 1993, 75 eram filiados a Colônia 213”.[19] O relatório aponta também para o número de pescadores que dependiam exclusivamente para a pesca do cascudo.

“pouco destes pescadores ainda se dedicam à pesca do peixe cascudo-preto, outrora importante fonte de renda destes pescadores. A associação comercializa semanalmente cerca de 200 quilos do cascudo limpo, resultando para os poucos pescadores que se dedicam a esta pesca específica uma renda de, no máximo, um salário mínimo mensal. Segundo informações de alguns pescadores somente cerca de 20 desses profissionais dedicam-se exclusivamente a pesca do cascudo-preto”.[20]

Outros pescadores entrevistados já haviam expressado, em suas narrativas, a preocupação com o número de pescadores que participaram da divisão da primeira parcela da indenização a ser paga pelo DER. O pescador Valdir Gonçalves dos Santos comenta que

“entre os beneficiados, colocaram muita gente que nem pescador era. Eles também receberam indenização. E aí ficou para ser paga a segunda parcela, as pedras vão modificar. Já não é como a natureza fez, então, ele não vi nem a cor do dinheiro (...) Perdemos (...). Se fosse pagar o verdadeiro pescador, o profissional que vivia desta atividade, seria no máximo uns 80 ou 90 pescadores”.[21]

A suspeita de falhas e desvio de dinheiro, beneficiado indivíduos que não eram pescadores, os quais tinham conseguido fazer sua carteira de pesca às pressas, tornou-se empecilho para o desenvolvimento normal das medidas mitigadoras destinadas para o verdadeiro grupo social atingido: os pescadores do Canal Mestre.

Há, ainda, a expectativa, por parte dos pescadores, de receber o restante do valor das indenizações a que têm direito. Porém, para os pescadores entrevistados, a indenização é vista apenas como medida paliativa. Conforme as palavras do pescador Juares Coelho,

“esse dinheiro que eles vão pagar para nós (...). Pode até pagar quinze mil reais ou vinte mil reais, hoje. Mas com o tempo, o dinheiro acaba e o peixe toda a vida tinha na região”.[22]

Pode-se perceber que o prognóstico apresentado pelo RIMA, desenvolvido por meio de fundamentos técnico-científicos utilizados pela equipe multidisciplinar, teve falta de tempo determinado. O impacto ambiental e socioeconômico no ecossistema em questão acarretou reversibilidade frustrada para os pescadores do Canal Mestre em Guairá-PR.

O derrocamento e o diagnóstico econômico dos pescadores

Ao observarem o cotidiano, os pescadores perceberam a queda no volume da pesca no Canal Mestre. Esta diminuiu de forma crescente após o derrocamento. O pescador Juares Coelho comenta sobre essa nova situação da pesca.

“não tem como falar, era à base de dez quilos ou quinze quilos e cada vez foi diminuindo mais. Agora não tem mais nada. (...) Ali tinha muito peixe na época e conforme o peixe foi percebendo, acho que a química da bomba, negócio de chumbo, que faz a bomba..., aí não dá mais nada, parece que o peixe foge do local”.[23]

O pescador Valdir Gonçalves dos Santos, que voltou a pescar no canal após a interdição para a continuidade de uma atividade subaquática a qual teve duração de um ano, comenta sobre o derrocamento e a volta na atividade de pesca.

“Acabou o jáú. Naquele lugar, não pega mais mesmo! Em outros lugares também. Depois que deu esse impeto, abalou a corredeira inteira, o local inteiro. Porque antes de estourar isso aí, todo lugar ali, tinha peixe. Mas eles começaram a estourar aquelas bombas, o peixe desapareceu e tinha peixe antigamente e tinha bastante, hoje (...). Morreu peixe arrojado! Cada vez que eles estouravam, lá para baixo, ficava cheio de peixe morto (...). Muitos pescadores pegavam peixes se debatendo em cima da água (...). Dourados, piáus, piracanjubas tinha ainda naquela época, agora é peixe raro”.[24]

Segundo os pescadores, o local tornou-se impróprio para a reconstituição de novo habitat para o repovoamento de peixes. “Aquí, naquela época, havia uns quarenta pescadores que usavam o Canal Mestre”.[18] O relatório do Programa de Controle Ambiental (1995) apresenta um número bem menor de pescadores – filiados a Colônia 213 no ano de 1993, em Guairá-PR. Conforme este, “o número de pescadores variou entre 80 e 100. Dos pescadores que atuaram na pesca em Guairá no ano de 1993, 75 eram filiados a Colônia 213”.[19] O relatório aponta também para o número de pescadores que dependiam exclusivamente para a pesca do cascudo.

“é possivelmente um negócio natural; da natureza mesmo; quando você mexe com o ecossistema dele, já não fica igual mais. O peixe, ele muda, as pedras vão modificar. Já não é como a natureza fez, então, ele não fica mais nesse lugar, ele acha muito esquisito. Uma pedra encima da outra, pedra pontuda, era um lugar desse não dá nem para entrar na água, se corta tudo (...). Aquelas pedras do tipo fica cortam mesmo! Quando o rio abaixa, fica aquele monte de pedras”.[25]

José Gonçalves dos Santos, pescador, conhecedor do Rio Paraná desde pequeno, comenta que o fundo do Canal Mestre ficou uma superfície plana, que acumula muita areia, propício para o aumento do espécie de arraia de água doce, peixe pouco apreciado, sem valor comercial. Conforme os argumentos do entrevistado,

“hoje, aqui em Guairá, embaixo da ponte não tem mais cascudo. É preciso ir muito lá para cima, onde o rio está natural. Lá ainda tem mais pedras e dá mais peixe. Por aqui perto, o derrocamento matou um monte de peixe, ali, nas pedras mais altas. O local, hoje, está assoreado com areia que vem das ilhas. O rio vai enchendo. Os ventos do sul batem nas beiras das ilhas, vão “comendo” por baixo das barrancas e vão derrubando árvores dentro do rio. E quando a areia vem para o leito do rio. Com as enchentes, as águas vão trazendo a areia do rio, lá de cima. Por isso, ali, onde estavam os bicos altos da pedra, que eles derrocaram, hoje está praticamente todo o local tomado pela areia, porque acabou com a altura das pedras. De tanto derrocar, o local entrou para areia”.[26]

Devido à perda das características necessárias para a presença de peixes no Canal Mestre, os pescadores arcaíam um processo migratório em busca de outros locais para desenvolverem o seu trabalho: a pesca artesanal. Segundo os pescadores, hoje, a atividade está mais difícil, devido às grandes distâncias que precisam ser percorridas, além do resultado pouco satisfatório no volume de pescados.

É importante tornar a ressaltar que os pescadores estavam habituados com o cascudo-preto. Por isso, passaram a buscar locais similares ao do Canal Mestre, na tentativa de encontrar outro ambiente para pescar esse tipo de peixe, o que nem sempre é possível, considerando a abundância da espécie que havia no local.

A busca vem ocorrendo há anos. A única alternativa foi subir o Rio Paraná em direção ao arquipélago de Ilha Grande. A distância a ser percorrida demonstra a amplitude do impacto econômico no volume de pescadores, somado à necessidade da separação de seus familiares e do meio social. A esse respeito comenta Juares Coelho:

“agora, estamos subindo o rio. Vamos até os locais conhecidos como Garçanta, Sete Praias, Morumbi e Baunilha. Já fomos pescar até para cima de Porto Camargo, numa distância de 120 quilômetros acima da ponta da Ilha Grande. Só fomos lá uma vez, porque é muito longo e não compensa. O gasto é muito, eu não tem uma comprinha que ele tem que fazer. O comprar dois botijões de gás para subir o rio (...) ou nem vai ter uma comprinha que ele tem que fazer. O gás é muito caro, não compensa muito não. Eu estou vendo que mal ele chega, paga uma continha de uns sessenta reais, já foi todo o dinheiro”.[28]

O efeito do derrocamento reflete na vida e no cotidiano dos pescadores, transformando-se no centro dos comentários no meio familiar, qualquer que seja a situação econômica, a situação para o aumento do espécie de arraia de sua família e dos demais pescadores. A esse respeito Cleusa Moraes Alfonso comenta:

“antes de acontecerem as explosões, meu marido pegava muito peixe. Aí, começou a faltar. Não pegava mais nada, tinha que sair. Ir para outros lados. Acampra lá para cima gasta mais. Depois que estouraram as pedras, acabaram os peixes. Mataram todos os peixes, mesmo! O meu marido está ficando fora de casa durante uma semana. Tem que levar gelo, e, quando tem gelo, fica. Quando acaba, ele volta, descendo o rio para entregar os peixes que pegou”.[29]

A senhora Cleusa Moraes Alfonso comenta sobre o cotidiano dos pescadores, companheiros de profissão de seu esposo, das dificuldades econômicas e dos resultados da pesca na região atualmente, narra o seguinte acontecimento:

“Pra cima? Eu vou aí, que esse dia mesmo... perguntou, bom, porque estou com o Valdir? O Valdir está lá pra te ver? Eu vim perguntar para ele, se lá pra cima está bom, assim que você e doze redes na água e peguei só um armado”. Então, para você ver (...). O Valdir foi lá para cima por caso disso! Aqui você tem que dar graças a Deus que coloca as doze redes na água e pega uns dez quilos. Isso é muito pouco! Para aqueles que não sabem, que não vão atrás... eles chegam a pular de alegria quando pegam dez quilos aqui. Para doze redes? (...) Tem que pular mesmo! Porque tá difícil”.[30]

A senhora Rutiléia Vieira da Silva Coelho (esposa de Juares Coelho) comenta que seu marido seguiu a profissão do pai, atividade de pescador desde os dez anos de idade e sempre pescou na região. Ela comenta também que antes do derrocamento, “pegava muito bem, cinqüenta a sessenta quilos de peixe; dava pra viver até mais ou menos, nas agora...”.[31]

A menor quantidade e a qualidade inferior dos peixes, os gastos com gás e gelo e o tempo fora de casa são efeitos diretos do impacto ambiental que o derrocamento deixou como herança para os pescadores do Canal Mestre em Guairá. Sobre esse aspecto diz Rutiléia Vieira da Silva Coelho,

“para ter uma idéia, se o pescador pegasse sete quilos de peixe por dia, cinco quilos amanhã e seis quilos depois, dava pra controlar. Durante a semana para pagar o talão de água, de luz e outros coisas, se pegasse isso, não precisaria ficar acampar. Mas se eles ficam aqui (...), eles vão pescar e trazem um quilo de peixe, dois quilos de peixe ou três quilos de peixe por dia. Ou seja, esse dinheiro não dava para pagar o gás que eles gastariam dentro de oito ou nove dias. Então, se o pescador ficar aqui, ele vai tirar (...) ou nem vai tirar para o botijão de gás. Aí a família vai perder. Vai cortar tua água, tua luz (...) A gente faz muita economia e se conseguir algum dinheiro ainda tá bom, porque a gente fica muito tempo longe um do outro (...). Mas é só o dinheiro que não consegue e necessário não. Aquela... Que nem ontem mesmo, ele chegou, trouxe só o meu deitado de uma conta de luz e de uma água. O leite ficou para trás, nós vamos acéfzar na semana que vem”.[32]

A situação econômica atual transformou o pescador em trabalhador-viajante, sazonal, em busca de novos locais, com os dias contados para melhor aproveitar o período favorável de pesca, mantendo-o distante da família. Rutiléia Vieira da Silva Coelho ainda declara:

“para começar, eles têm que viver no mato, morar nas comunidades. Eles chegam da ilha numa sexta-feira e sábado de manhã já vão embora. Quantas vezes as crianças ficaram doentes à noite. A gente tem que levar o posto (Posto de Saúde) e muitas vezes, sozinha. A gente não tem carro, nem nada (...). Tem que levar a criança no braço”.[33]

A situação de precariedade em decorrência dos acampamentos passa a ser uma preocupação a mais para a família. A distância a ser percorrida no Rio Paraná, em direção ao Parque Nacional de Ilha Grande é um perigo constante devido às adversidades climáticas, chuva, ventos, etc.

É importante frisar que a separação do convívio social torna o pescador um cidadão desconectado do mundo “civilizado”, desarmado para reivindicar seus direitos “humanos” perante a sociedade organizada, institucionalizada e burocratizada.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento do trabalho, os objetivos propostos no projeto de pesquisa, na medida do possível, foram alcançados. Como por exemplo a constatação de como o impacto ambiental, ocorrido, por meio do derrocamento, interferiu no equilíbrio do ecossistema aquático, sobretudo na área do Canal Mestre, destruindo a fauna que ali existia. No referido local, inclusive, grande parte dos pescadores da Colônia 213 perderam seu sustento antes do derrocamento.

A análise das narrativas tornou-se ferramenta importante para a contextualização dos fatos e a compreensão do impacto socioeconômico, permitindo o contato direto com o grupo social atingido: os pescadores da Colônia 213.

Constatou-se, também, que os efeitos negativos do derrocamento refletem-se na vida e no cotidiano dos pescadores. A necessidade dos pescadores percorrerem maiores distâncias em busca de peixes, constitui-se em um desses efeitos.

O fato deles se ausentarem por um período longo, torna sua ausência o centro dos comentários no meio familiar, organizados em torno da figura do pai.

O estudo permitiu, ainda, comparar os efeitos diretos do impacto ambiental sobre esses pescadores e conhecer a sua atual realidade econômica, marcada pela menor quantidade e qualidade inferior dos peixes.

O aumento nos gastos com gás (combustível) e gelo, além do tempo que se ausentam da família, que gera transtornos sociais a serem somados ao impacto socioeconômico.

Novas questões também seriam surgiram como, por exemplo às medidas mitigadoras (indenizações) propostas aos pescadores. Essas medidas já seriam suficientes para a retomada de vida mais digna para os pescadores? Seria possível reconstituir um novo ambiente, similar ao local destruído pelas explosões? São perguntas que levam a novas reflexões que se fazem merecedoras de futuras análises.

Fontes e bibliografia

Fontes orais
SANTOS, José Gonçalves dos. 37 anos, casado, três filhos, pescador no Canal Mestre desde de 1987. Depoimento gravado em 18/06/2004. Guairá-PR.
COELHO, Juares. 39 anos, casado, 02 filhos, pescador e morador em Guairá. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR.
SANTOS, Valdir Gonçalves dos. 35 anos, casado, três filhos, desenvolve atividades de pesca artesanal no Canal Mestre desde 1987. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR.
ALFONSO, Cleusa Moraes. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR.
COELHO, Rutiléia Vieira da Silva. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR.

Documentos oficiais

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Programa de controle ambiental para o desmonte subaquático de rochas no Rio Paraná em Guairá. Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda. – PLANNA: Curitiba, 1995.

_____. Ponte sobre o Rio Paraná – Guairá. derrocamento subaquático. 6ª supervisão de obras, novembro de 1996.

Bibliografia

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.17,nº33, 1997.
CARDOSO, Ciro Flamarion. Narrativa, sentido, história. Campinas: Papirus, 1997.
GODOY, M. P. de. Peixes e pesca do Rio Paraná: área do futuro reservatório de Ilha Grande. Florianópolis: IETROSUL, 1986.
OKADA, Edson K. Colapso e impacto econômico da pesca do cascudo-preto. (Rhinolepis áspera) na região de transição entre o Rio Paraná e o reservatório de Itaipu, nas cercanias da cidade de Guairá-PR, Brasil: UEM. Maringá, 2001.

[1] Historiador licenciado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/Mal. C. Rondon. PR.
[2] O local onde ocorreu o derrocamento, em 1996, para a construção do Canal navegável, era conhecido pelos pescadores como Sarandi, Capim do Meio, Canal da Correnteza, Canal do João Campo, Canal do Meio e Canal Mestre.
[3] A Colônia de pescadores Z 13 foi fundada em Novembro de 1967, atualmente possui 585 filiados (contabiliza-se o pescador e sua esposa)
[4] CARDOSO, Ciro Flamarion. Narrativa, sentido, história. Campinas: Papirus, 1997. p.13.
[5] BARBOSA, Ivone Cardoso. A Experiência Humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação.
[6] A área deste estudo estende-se por cerca de 7 km na zona de transição de Itaipu e o Rio Paraná, incluindo toda a extensão dos antigos saltos das Sete Quedas, submersos após a formação do reservatório de Itaipu. “A região representava, antes do seu alagamento pelo reservatório de Itaipu, os limites das províncias itiofaunísticas “Paraná-Platense e Alto Paranense.” OKADA, Edson K. Colapso e impacto econômico da pesca do cascudo-preto. (Rhinolepis áspera) na região de transição entre o Rio Paraná e o reservatório de Itaipu, nas cercanias da cidade de Guairá-PR, Brasil: UEM. Maringá, 2001. p. 27.
[7] “Trata-se de paisagens onde a atividade geomorfológica é fraca ou nula. O potencial ecológico é, no caso, mais ou menos estável”. BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: Esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra. USP: São Paulo, 1971. p. 21.
[8] COELHO, Juares. 39 anos, casado, 02 filhos, pescador e morador em Guairá. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR.
[9] DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Programa de Controle Ambiental Para o desmonte Subaquático de Rochas no Rio Paraná em Guairá. Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda – PLANNA: Curitiba, 1995. p. 39.
[10] SANTOS, Valdir Gonçalves dos. Pescador, 35 anos, casado, três filhos. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR
[11] DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Programa de Controle Ambiental Para o desmonte Subaquático de Rochas no Rio Paraná em Guairá. Op. cit., 45.
[12] SANTOS, Valdir Gonçalves dos. entrevista.
[13] SANTOS, José Gonçalves dos. 37 anos, casado, três filhos, pescador no Canal Mestre desde de 1987. Depoimento gravado em 18/06/2004. Guairá-PR
[14] COELHO, entrevista.
[15] DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Ponte Sobre o Rio Paraná – Guairá. Derrocamento Subaquático. 6ª supervisão de obras, novembro de 1996.
[16] SANTOS, entrevista.
[17] Idem.
[18] Idem.
[19] DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Programa de Controle Ambiental Para o desmonte Subaquático de Rochas no Rio Paraná em Guairá. Op. 51.
[20] DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ – DER. Programa de Controle Ambiental Para o desmonte Subaquático de Rochas no Rio Paraná em Guairá. p. 67.
[21] SANTOS, Valdir Gonçalves dos. entrevista.
[22] COELHO, entrevista.
[23] Idem.
[24] SANTOS, Valdir Gonçalves dos. entrevista.
[25] SANTOS, José Gonçalves dos. entrevista.
[26] Idem.
[27] COELHO, Juares. entrevista.
[28] ALFONSO, Cleusa Moraes. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá.
[29] Idem.
[30] ALFONSO, Cleusa Moraes, entrevista.
[31] COELHO, Rutiléia Vieira da Silva. Depoimento gravado em 14/08/2004. Guairá-PR
[32] Idem.
[33] Idem.